



A ESCOLA CRÍTICA E DIALÉTICA, DE VIÉS FREIRIANO, COMO PROPOSTA TERAPÊUTICA DE ENFRENTAMENTO PREVENTIVO AO SOFRIMENTO PSÍQUICO DECORRENTE DA CULTURA DO RACISMO DE COR

(1) *Alexandre Flud Glaeser – Graduando em Psicologia*
(2) *Orientador: Professor Mestre João Camilo de Souza Junior*

RESUMO: No Brasil, país cuja sociedade é constituída em sua maioria pela miscigenação entre o índio, o negro e o branco europeu, o racismo estrutural e o racismo de cor compõem uma estrutura de preconceito e ódio que causa adoecimento e sofrimento psíquico. O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo dialogar com autores e metodologias que debatem educação, desenvolvimento intelectual, racismo de cor e sofrimento psíquico, objetivando a formação do pensamento crítico acerca da possibilidade terapêutica do modelo de educação pautado nos princípios de Paulo Freire como metodologia de prevenção ao adoecimento psíquico decorrente do preconceito. Para isso será utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica. Os resultados almejados pelo presente trabalho acadêmico pautam-se na estimulação e construção do pensamento crítico em relação à possibilidade de redução do índice de adoecimento e sofrimento psíquico na população negra e na sociedade adoecida pelo racismo de cor. A partir da introdução ao tema a discussão se pautará em relação à necessidade de mudança do paradigma da branquitude a partir da mudança sociocultural promovida pela Escola de viés freiriana. A Escola crítica e dialética freiriana como ferramenta essencial para a construção de uma cultura antirracista e plural, já a partir das idades iniciais, e, conseqüentemente, tratar preventivamente o adoecimento psíquico decorrente do racismo de cor.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo de cor. Adoecimento psíquico. Escola.

ABSTRACT: In Brazil, a country whose society is mostly constituted by miscegenation between Indians, blacks and white Europeans, structural racism and racism of color make up a structure of prejudice and hatred that causes illness and psychological suffering. This Course Completion Work (TCC) aims to dialogue with authors and methodologies that debate education, intellectual development, racism of color and psychic suffering, aiming at the formation of critical thinking about the therapeutic possibility of the education model based on the principles of Paulo Freire as a methodology for preventing psychic illness resulting from prejudice. For this, bibliographical research will be used as a methodology. The results sought by this academic work are based on the stimulation and construction of critical thinking in relation to the possibility of reducing the rate of illness and psychic suffering in the black population and in society sickened by racism of color. From the introduction to the topic, the discussion will be based on the need to change the paradigm of whiteness based



on the sociocultural change promoted by the Freirean School. The Freirean critical and dialectic school as an essential tool for building an anti-racist and plural culture, starting from the early ages, and, consequently, preventively treating psychic illness resulting from racism of color.

KEYWORDS: Color racism. Psychic illness. School.

1 - INTRODUÇÃO

A internet e as redes sociais, ferramentas importantes e necessárias para o mundo globalizado, nos apresentam uma gama de possibilidades que transitam entre o acesso ao pensamento acadêmico global e o mundo dos negócios, superando barreiras antes intransponíveis. Entretanto, a rede de computadores também nos apresentam ferramentas que podem ser utilizadas para o cometimento de crimes, dentre eles a disseminação do ódio e do preconceito a partir da cor da pele.

A partir de 2016, redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, dentre outras, tornaram-se um facilitador para a propagação de ódio e preconceito no Brasil e no mundo, seja através de discursos de ódio aos homossexuais, às mulheres, aos nordestinos, contra os negros e pobres (D'ANCONA, 2018), desmentindo o mito de que o Brasil é um país tolerante para com as diversidades, um país de “democracia racial”.

No Brasil, as bases sociais foram todas construídas a partir a miscigenação entre o negro, o índio e o colonizador europeu (NEVES, 2019). A identidade sociocultural do povo brasileiro se constitui a partir dos arquétipos culturais (JUNG 1875-1961) originários da história destes povos, principalmente do povo negro. Nossas músicas e ritmos, nossa culinária, nossa dança, nossas crenças populares, dentre outros, possuem a forte influência dessa miscigenação (FREYRE, 2004).

Durante todo o período da escravidão no Brasil, o negro foi tratado pelo status quo como sendo um ser inferior, desprovido de humanidade, sendo autorizado pela Igreja Católica a sua captura, escravização e exploração. Foram séculos de descaracterização de sua humanidade. Com o fim da escravidão o que já era ruim conseguiu ficar ainda pior pois, além de já ter sido desumanizado, o povo negro passou a ser marginalizado e perseguido pelas forças de repressão



do Estado, sendo-lhe negado emprego, dignidade e até mesmo sua condição de ser humano. Para além disso, o poder público passou a buscar o branqueamento da população, favorecendo a vinda de imigrantes europeus para povoar o território brasileiro, promovendo uma política de branqueamento da população aos moldes do proposto por Jean-Baptiste Lamarck (NEVES, 2019), com o intuito de excluir de vez o negro das relações sociais.

Assim como a tentativa de redução do número de negros no Brasil com o projeto de branqueamento da população brasileira, o registro da vinda do povo negro para o Brasil também foi objeto de tentativa de apagamento com a destruição de todos os documentos do império relativos ao processo de escravização do negro no Brasil, em 13 de maio de 1891, a mando de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda (FREYRE, 2004).

Toda essa exploração secular, a exclusão e a marginalização, a tentativa de apagamento da história, todo esse preconceito e ódio contra o negro que já dura mais de 500 anos tem resultado no adoecimento psíquico de parte considerável da população brasileira.

Mas como fazer para transformar essa triste realidade? Para essa pergunta Christian Dunker nos traz a reflexão de que *a verdadeira inclusão é a radicalização de nossas gramáticas de reconhecimento, até o ponto em que essas incluam e praticamente construam a diferença radical, a diferença absoluta que alguns chamam de singularidade* (2020, p 94).

Partindo do pressuposto de que “não se nasce racista, torna-se racista”, parafraseando aqui Simone de Beauvoir (1908-1986) e sua clássica fala: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, bem como da máxima “educação como prática libertadora”, tão defendida por Paulo Freire (1921-1997), além do meu claro intuito antirracista, o presente estudo se pautará na análise bibliográfica dialética e crítica a partir do pensamento de autores como Piaget e Paulo Freire - que em sua obra versam sobre a construção do desenvolvimento intelectual no indivíduo -, Lélia Gonzales, Jessé Souza, Ângela Davis, Djamila Ribeiro, Frantz Fanon - que discorrem sobre a construção do racismo e do racismo estrutural-, dentre outros, afim de provocar uma reflexão crítica/constructiva sobre os possíveis impactos positivos que um sistema de ensino plural e integrador, como



preconizava Paulo Freire (1921-1997), pode promover em relação à construção de uma sociedade antirracista, proporcionando com isso a redução do adoecimento psíquico em indivíduos adultos, sejam eles brasileiros de pele escura ou clara.

2 – OBJETIVO GERAL

O presente trabalho acadêmico tem por objetivo geral proporcionar uma análise crítica, a partir da leitura da bibliografia pesquisada, sobre a possibilidade de desconstrução do racismo de cor a partir da Escola, esta pensada como ponto de convergência e diálogo entre todos os contextos e histórias sociais da sociedade brasileira.

3 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Dialogar com os vários autores pesquisados, a partir de uma análise crítica sobre as questões que cercam o racismo de cor, a construção do racismo estrutural e a relação de ambos com o adoecimento psíquico em vítimas e algozes do racismo de cor;
- Responder à pergunta: “É possível transformar uma cultura racista em uma cultura antirracista a partir do investimento em uma educação inclusiva já a partir das idades iniciais?”
- Suscitar o debate acadêmico sobre a necessidade de pensarmos no “para mais além” do que apenas a perspectiva das cotas. Um “para mais além” freiriano de caráter histórico-crítico e dialético.

4 – JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

Após as eleições de 2018, com a ascensão ao poder por parte de uma parcela extremamente preconceituosa e excludente da sociedade, em uma mistura de fanatismo religioso e idolatria à violência, questões como o racismo de cor saíram das entrelinhas dos relacionamentos e assumiram sua verdadeira essência no seio da sociedade. A internet e as redes sociais, impulsionadas pela necessidade de isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19, proporcionaram, através do anonimato, o escancaramento de posturas racistas desmistificando assim o discurso oficial de que o Brasil é um país com “democracia racial”.



O Brasil é uma pátria cujas bases sociais foram todas construídas dialeticamente através das diversidades multirracial e multiétnica, seja pela miscigenação forçada ou consensual, entre o negro, o índio e o colonizador europeu. Nesse sentido, pode-se dizer que a identidade sociocultural do brasileiro se constitui de arquétipos (JUNG 1875-1961) originários na história destes povos.

Por ser contra o preconceito e acreditar na possibilidade de construção de uma sociedade mais igual a partir do reconhecimento de toda a nossa ancestralidade, pois somos todos brasileiros, o presente trabalho acadêmico pretende provocar uma reflexão construtiva sobre as possíveis benéficas que um sistema de ensino plural, pautado no acesso à informação real sobre o negro, sobre seu contexto sociocultural e sua participação na formação da sociedade brasileira, conforme determinam as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, podem incidir na construção de uma sociedade antirracista e plural.

5 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1 - O desenvolvimento da personalidade

O processo de desenvolvimento da personalidade no ser humano é um processo que abrange tanto as questões hereditárias (herdadas dos pais e família) quanto questões adquiridas a partir da interação com o meio (escola e sociedade). Questões envolvendo cor do cabelo, dos olhos e da pele, por exemplo, são características herdadas geneticamente dos pais e as questões envolvendo a personalidade são questões que dialogam, desde as primeiras idades do indivíduo, com a ancestralidade e a cultura de um povo ou grupo social. (PAPALIA, 2013).

Sigmund Freud (1856-1939), pai da Psicanálise, trouxe em seus estudos que o desenvolvimento humano estaria relacionado a quatro fases do desenvolvimento sexual do indivíduo, sendo essas fases denominadas de fase oral, sádico-anal, fálica e genital. Há ainda um período de latência, localizado entre a passagem da fase fálica para a fase genital, onde o indivíduo não apresenta um desenvolvimento sexual, mas sim um desenvolvimento intelectual (COUTO, 2017). A forma como o indivíduo passa por essas fases vai impactar em sua condição de adulto. Esse impacto poderá ser positivo ou negativo, a



dependem das experiências vividas durante os primeiros anos da vida (PAPALIA, 2013).

Os traumas identificados em adultos teriam sua origem na infância e seriam decorrentes de repressões sexuais sofridas. Segundo Freud, é na fase fálica, dos 3 aos 6 anos de idade, que a criança experimenta suas primeiras sensações (desejos) sexuais com o complexo de Édipo, o medo da perda do falo pela castração pela figura paterna repressora e a frustração por sua ausência, no caso de meninas (BRANDT, 2017).

Melanie Klein (1882-1960), psicanalista seguidora de Freud, traz o conceito de fantasia. A criança, desde o nascimento, já interage com o meio e a partir desse processo vai construindo a forma como vivencia suas relações (SEGAL, 1975). Ela traz a importância da fantasia na construção do inconsciente do indivíduo, pois as experiências reais vividas por esse indivíduo em sua tenra idade possuem influência impactante na construção do inconsciente. Segundo ela, *“a fantasia não é simplesmente uma fuga da realidade, mas um constante e inevitável acompanhamento de experiências reais, com as quais está em constante interação”* (SEGAL, 1975, pg. 25).

Sobre o Édipo, compreendido na fase fálica do desenvolvimento sexual (SEGAL, 1975), Klein também traz considerações importantes sobre o desenvolvimento humano.

Um importante papel é desempenhado no complexo de Édipo primitivo pela fantasia dos pais combinados. Essa fantasia aparece primeiramente quando o bebê se dá conta de sua mãe como objeto total, mas não diferencia plenamente entre o pai e a mãe; fantasia o pênis ou o pai como uma parte de sua mãe e sua idealização dela faz com que ele a veja como o continente de tudo que é desejável: seio, bebês, pênis (penises). Ataques invejosos e projeções podem transformar essa figura num perseguidor ameaçador.

À medida que os pais se tornam mais plenamente diferenciados e sua relação sexual suscita ciúme e inveja, a criança, como defesa, pode regredir a essa fantasia dos pais combinados. O relacionamento dos pais é negado e, na fantasia onipotente, transformado numa figura de pais combinados. Ao mesmo tempo, a agressividade da criança suscitada pela relação sexual é projetada nessa figura. Os pais, em relação sexual odiada, tornam-se um monstro odioso e ameaçador. É essa figura terrificante que muitas vezes forma o núcleo dos pesadelos e delírios de perseguição das crianças. (SEGAL, 1975, pg. 121-122)

Tanto Freud quanto Melanie Klein apresentam para a nossa discussão a importância da relação da criança com a família e com o meio para um desenvolvimento psicológico saudável do indivíduo.

Se para Freud possuir ou não um falo, bem como o medo de perdê-lo através da castração pela figura paterna, são a causa do recalçamento



(introjeção) de sentimentos que, na fase adulta, poderão se manifestar através de sintomas neuróticos ou psicóticos (COUTO, 2017), para Melanie Klein é na relação (interação) dos pais com a criança e do meio em que essas relações estão inseridas que vão constituir fantasias no inconsciente da criança que irão, na fase adulta desse indivíduo, afetar de maneira positiva ou negativa seu psicológico (SEGAL, 1975).

Erik Homburger Erikson (1902-1994), psicanalista discípulo de Ana Freud, também foi um dos personagens marcantes da história da psicanálise e do desenvolvimento humano. Ele nos apresenta o conceito de que o desenvolvimento psicossocial se divide em oito estágios ao longo da vida, sendo eles: *Confiança vis desconfiança [0 – 1 anos]; Autonomia vis vergonha e dúvida [2-3 anos]; Iniciativa vis culpa [3-5 anos]; Esforço vis inferioridade [5-11 anos], Clarificação de identidade vis confusão de papéis [11-20 anos]; Intimidade vis isolamento [20-35 anos]; Produtividade adulta vis estagnação [35-65 anos] e Integridade vis desespero [65 - + anos]*. Para ele, cada estágio é identificado como sendo uma crise na personalidade e o equilíbrio se daria a partir da prevalência das qualidades positivas sobre as negativas. Sua ênfase está presente na importância das influências sociais e culturais. O indivíduo se construiria como ser intelectual/pensante a partir de suas interações com o meio (PAPAIA, 2013).

Jean Piaget (1896-1980) - biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço -, outro importante teórico da personalidade humana, considerado pai do construtivismo, traz o conceito de que nossos processos afetivos se dão no plano da consciência, que seriam processos relativamente conscientes. Contudo, o conteúdo íntimo fomentador desses processos se daria no nível do inconsciente e suas razões seriam desconhecidas do indivíduo. Essas razões teriam sua constituição nas experiências vividas e em alguns casos recalçadas pelo indivíduo, enquanto criança, em seu processo de desenvolvimento (LIMA, 1984).

A partir dos conceitos e das teorias trabalhadas por essas personalidades históricas do desenvolvimento humano e da formação da psiquê humana, trazidas aqui de maneira superficial porém reflexiva, podemos inferir que a vivência afetiva e social experimentada pelo indivíduo desde os seus primeiros



anos de vida irá impactar diretamente na saúde mental desse mesmo indivíduo na sua fase adulta (PAPALIA, 2013).

Nesse processo de desenvolvimento do aprendiz (ROGERS, 1971), um outro ponto extremamente importante diz respeito a como deve se comportar nesse processo de desenvolvimento cognitivo e aprendizagem a figura do facilitador, esse profissional tão importante que irá auxiliar no processo de desenvolvimento cognitivo do ser em formação. Para Rogers,

talvez a mais básica dessas atitudes essenciais seja a condição de autenticidade. Quando o facilitador é uma pessoa real, se se apresenta tal como é, entra em relação com o aprendiz, sem ostentar certa aparência ou fachada, tem muito mais probabilidade de ser eficiente. Isto significa que os sentimentos que experimenta estão a seu alcance, estão disponíveis ao seu conhecimento, que ele é capaz de vivê-los, de fazer deles algo de si, e, eventualmente, de comunicá-los. Significa que se encaminha para um encontro pessoal direto, com o aprendiz, encontrando-se com ele na base de pessoa-a-pessoa. Significa que está sendo ele próprio, que não se está negando. (1971, pg. 106)

A forma como percebemos o mundo e nos relacionamos com ele, a maneira como nos ligamos afetivamente ao outro, tudo isso é construído através de nossas experiências vividas nos nossos primeiros anos de vida (LIMA, 1984). Por essa razão é tão importante a reflexão sobre o desenvolvimento/construção de uma cultura antirracista já a partir dos primeiros anos de vida.

A criança quando estimulada desde os seus primeiros anos ao convívio com as diferenças vai internalizar no seu inconsciente um sentimento de igualdade em relação ao outro (FREIRE, 2019). O preconceito e o ódio, por sua vez, vão se internalizar no inconsciente em desenvolvimento a partir da segregação e desejo de extinção do outro. Estudos indicam que crianças que convivem com grupos mais diversos tem menos ativação das amígdalas cerebelosas como decorrência da redução de sentimentos de angústia em relação ao outro (WILLIAMS, 2021).

Da mesma forma que podemos relativizar que o machismo e o racismo são construções sociais, uma sociedade igualitária e sem preconceito e ódio para com o outro também pode ser construída a partir da Escola, primeiro lugar de convívio social do indivíduo (PAPALIA, 2013).

5.2 - O preconceito de cor como construção social

Durante séculos a colonização do Brasil foi pautada pela exploração da mão de obra escravizada, seja nas lavouras ou nas minas gerais. O negro foi o



povo escolhido para ser escravizado pelo europeu colonizador e assim o foi feito. O povo negro era sequestrado em sua terra natal por tribos rivais e comercializado com o europeu para ser escravizado (NEVES, 2019). Quando conseguiram sobreviver à travessia do Atlântico, aportavam aos portos brasileiros desorientados e confusos, pois não sabiam falar a língua local, assim como era comum não saberem se comunicar entre si devido à grande variedade de etnias africanas escravizadas (NEVES, 2019).

Não há estatísticas confiáveis das quantidades de escravos traficados da África, entre meados do século XVI e finais do XIX, nem quantos chegaram à América ou ao Brasil. Estima-se que nesse período realizaram algo no entorno de 35.000 viagens de embarcações que transportaram ou tiveram a intenção de transportar escravos da África para as Américas (NEVES, 2019, pg. 155).

Quando desembarcavam dos navios negreiros os negros eram imediatamente encaminhados aos mercados negreiros onde eram comercializados como animais (NEVES, 2019). Pais eram separados de seus filhos, mães de seus bebês, maridos de suas mulheres. Segundo Gilberto Freyre, *“o negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão”* (2004, pg. 397).

Não bastasse ter sido sequestrado de sua terra natal, aprisionado e comercializado como um animal, a exploração do negro no Brasil, apoiada pela igreja católica, transformou o ser humano de cor em um ser sem alma, um selvagem que deveria ser escravizado para alcançar o “reino dos céus” (NEVES, 2019). Nas palavras de Jessé Souza (2021, pg. 09), *“uma classe/raça composta em sua esmagadora maioria por negros, destinada a ser a “Gení” da sociedade brasileira, que todos podem oprimir, explorar, humilhar, cuspir e matar sem que ninguém realmente se comova”*.

As ciências criminológicas também tiveram papel impactante para o desenvolvimento do racismo de cor. Lombroso (1835-1909), Ferri (1856-1929) e Garófalo (1851-1934), assim como Nina Rodrigues (1862-1906), defenderam em seus trabalhos que haveria uma raça superior (branca) e uma raça inferior (negra) e com base nisso a população brasileira era inferiorizada por decorrência da miscigenação entre o branco, o negro e o índio (SOUZA, 2021).

Durante séculos o negro foi visto como inferior pela igreja, pela sociedade e pela ciência (NEVES, 2019). Hoje essas teorias sobre uma suposta “raça



superior” já foram ultrapassadas e a igreja passou a enxergar uma alma nos corpos negros, mas o fantasma do preconceito social continua assombrando nossa sociedade (RIBEIRO, 2019).

No caso das mulheres negras, vítimas do racismo e do machismo, ainda há o flagelo da cultura do estupro a assombrar seu corpo, desde sempre sexualizado (SOUZA, 2021). Desde o início da escravidão no Brasil a mulher negra foi explorada pela casa grande. Nas cozinhas, como ama de leite e, tradicionalmente, como concubina de seu senhor. Donos de engenho, “coronéis”, capatazes, as relações de poder permitiram que vários abusos fossem praticados contra o corpo da mulher (FREYRE, 2004).

Durante séculos, igreja católica e sociedade corroboraram para que o negro fosse inferiorizado e assim pudesse ser explorado pelos senhores de escravos sem que isso fosse considerado algo contrário à vontade divina (SOUZA, 2021). Infelizmente, essa construção social imposta por uma sociedade escravista branca de origem europeia, perdura até os dias atuais.

Todo esse preconceito, discriminação e ódio em relação ao negro, como observamos em partidas de futebol e conversas em redes sociais, vai construir na psiquê do indivíduo de cor, no brasileiro de pele escura, sentimentos de menos valia, inferioridade e o mais cruel de todos, o desejo de branquitude (SOUZA, 2021). Para Freud (2018, pg. 18), *“é na história singular de cada homem, em conjunção com as forças pulsionais que habitam seu corpo e inscritas na constituição de seu psiquismo, que encontramos as razões para o sofrimento psíquico que se expressa através de seu corpo e de sua alma”*.

5.3 - Preconceito, ódio e adoecimento psíquico

5.3.1 - O preconceito e o ódio

A sociedade brasileira é desigual e possui uma disparidade socioeconômica imensa. Por aqui a maior parte da população considerada pobre ou abaixo da pobreza são as autodeclaradas pretas e pardas, segundo o censo 2017. No Brasil, pretos e pardos recebem os menores salários, são a maioria dos que se encontram desempregados, são os que possuem a menor representatividade política e a parte da população que mais morre vítima de homicídio (CENSOagro2017). Apesar de constituírem a maior parcela da



população brasileira, aos negros foi destinado, por “imposição divina” e desejo da elite branca colonizadora a condição de subespécie humana (SOUZA, 2021).

Desde a descoberta e conquista do território brasileiro pelo colonizador português, índios foram massacrados e negros explorados até a morte pela sociedade escravocrata (NEVES, 2019). A violência provocada pela escravização do negro perdurou por cerca três séculos e meio no Brasil, tendo iniciado na década de 1530 e findado em 13 de maio de 1888 com a assinatura da Lei Áurea. O Brasil foi a última nação a abolir o trabalho escravo, contra a própria vontade e por pressão externa (NEVES, 2019).

Com o fim do período de exploração da mão de obra escravizada, os negros libertos foram expulsos das fazendas e dos demais locais onde eram explorados, passando a serem rejeitados e criminalizados pela sociedade e pelo Estado brasileiro (SOUZA, 2021).

Com o fim do tráfico negreiro, em 1850, devido à necessidade substituição da mão de obra, iniciou-se no Brasil o processo de branqueamento da população com a vinda de imigrantes, principalmente europeus. Dessa vez, a rejeição pelo corpo negro vai impor no indivíduo em formação a construção do desejo de se tornar um branco (FANON, 2020).

O negro foi proibido de adquirir terras, de frequentar escolas, de votar e ser votado, de frequentar os mesmos lugares públicos que os brancos (SOUZA, 2021). Com o passar dos tempos, movimentos civis de direitos humanos e feministas negros, conseguiram conquistar o acesso a vários espaços importantes. A Constituição Federal de 1988 trouxe a “igualdade para todos” e Leis como o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que alteraram a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e indígena nas disciplinas de História, Arte e Literatura e, ainda, a Lei n. 12.990/2014, que determina a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos da administração federal para candidatos que se declararem negros, são exemplos dessas conquistas.



Entretanto, tudo isso ainda não é suficiente e na contemporaneidade o preconceito e o ódio ainda imperam, dessa vez ainda mais explícitos e sem pudor através das redes sociais. Com o advento das tecnologias digitais, a internet se transformou no palco perfeito para a disseminação contra negros e demais “minorias”. Para Matthew Williams (2021, pg. 19), *“as novas tecnologias transformam o ódio, amplificando seu poder para infligir danos. Se não for desafiada, a expressão de ódio em nossa sociedade, moderna e conectada, tem o potencial de se espalhar mais do que em qualquer outro ponto na história”*.

Essas manifestações de preconceito e ódio, de exploração secular do homem pelo homem, autorizados por uma suposta “superioridade racial” branca, vão provocar no indivíduo adulto o sofrimento psíquico. A Angústia vai se instalar no Outro a partir da vivência dessa violência promovida pelo racismo de cor e, tanto brasileiros de pele escura quanto brasileiros de pele clara vão ser influenciados por essa violência, de maneiras diferentes claro, mas com a incidência de sofrimento psíquico em ambos os casos (LACAN, 2005).

No brasileiro de pele clara o racismo de cor vai se constituir na construção da falsa percepção de superioridade imposta *status quo*. Essa pseudo superioridade vai impor a marginalização do corpo negro e a partir daí medo e insegurança em relações ao corpo negro vão autorizar a sua segregação (SOUZA, 2021). Nesse momento podemos dizer que uma certa neurose perversa (LACAN, 2005) pode se instalar no inconsciente do brasileiro de pele clara ou dominado pelo desejo da branquitude (FANON, 2020).

No brasileiro de pele escura, por sua vez, as manifestações de ódio e preconceito vivenciadas desde as idades iniciais vão fazer desenvolver no indivíduo em desenvolvimento sentimentos de menos valia, de inferioridade, de não pertencimento, além de promover o maior de todos os traumas, o desejo pela branquitude, negando-se sua história e seu corpo, fazendo surgir Angústia pelo desejo do Outro de gozar com o objeto “a”, representado pelo desejo de pertencimento, de igualdade (SOUZA, 2021).

5.3.2 - O adoecimento psíquico

Já a partir dos primeiros anos de vida as experiências positivas ou negativas que o indivíduo vivencia vão impactar diretamente na construção, ou



não, de patologias psíquicas no indivíduo adulto (LACAN, 2005). São as primeiras experiências vividas na família e as vivenciadas a partir da interação social na escola principalmente que vão incidir diretamente na formação psicossocial do indivíduo (PAPALIA, 2013). As experiências negativas de violência e abuso ou as “proibidas” (censuradas por ideologias conservadoras), normalmente acabam sendo reprimidas e recalçadas no inconsciente da criança pelo processo de castração (FREUD, 2014).

O indivíduo, ao chegar à fase adulta, podendo também ocorrer já na fase da adolescência, poderá vir a desenvolver sintomas de adoecimento e consequente sofrimento psíquicos decorrentes de algum transtorno psicológico cuja origem está diretamente relacionada a um trauma ocorrido nas idades iniciais e que foi recalçado em seu inconsciente (DANTAS, 2009). Ana Beatriz Barbosa Silva leciona que os transtornos ansiosos mais significativos são: *“transtorno do pânico, fobia social, fobias específicas, transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), transtorno de ansiedade generalizada (TAG), transtorno de ansiedade de separação e transtorno obsessivo-compulsivo (TOC)”* (2017, pg. 88).

O sofrimento psíquico causado pela violência social a partir da cor da pele se apresenta, principalmente, através da angústia causada pelo ideal de branquitude como imposição social (SOUZA, 2021). Para Lacan (2005, pg. 76), *“a existência da angústia está ligada a que toda demanda, mesmo a mais arcaica, tem sempre algo de enganoso em relação àquilo que preserva o lugar do desejo”*.

Partindo do pressuposto de que essas relações vividas a partir da infância vão incidir diretamente na construção do psicológico, podemos inferir que angústia e fobia são consequências de vivências traumáticas que foram recalçadas durante a infância por questões/imposições externas à vontade do indivíduo e que, na fase adulta, retornam à superfície causando sofrimento psíquico (BRANDT, 2017).

Essa perspectiva de não pertencimento coloca o negro em um lugar de exclusão, pois a partir do momento em que há a imposição do ideal do homem branco como padrão do que é bom e desejável, o desejo de enxergar-se como



a um branco entra em conflito com a cor da própria pele, gerando Angústia m relação ao desejo do Outro e, conseqüentemente, faz surgir o sofrimento psíquico (LACAN, 2016). Para Neusa Santos Souza,

A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar esse corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar. A amargura, o desespero ou a revolta resultante da diferença em relação ao branco vai traduzir-se em ódio ao corpo negro. (2021, pg. 31)

Em relação à mulher negra a coisa é ainda pior, pois há ainda o fantasma do estupro sempre a rondar o seu corpo. Desde o início da colonização no Brasil e do conseqüente processo de escravização do negro, a mulher negra, além da exploração da mão de obra braçal e dos castigos corporais, também foi obrigada a satisfazer as lascivas de seus senhores.

As escravas eram inerentemente vulneráveis e todas as formas de coação sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e, também, esturpadas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras.

Os abusos especialmente infligidos a elas facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho. As exigências dessa exploração levavam os proprietários da mão de obra escrava a deixar de lado suas atitudes sexistas ortodoxas, exceto quando seu objetivo era a repressão. Assim como as mulheres negras dificilmente eram "mulheres" no sentido corrente do termo, o sistema escravista desencorajava a supremacia masculina dos homens negros. (DAVIS, 2016, pg. 20)

O povo negro, desde sua chegada a essas terras tropicais, foi explorado e abusado das mais diversas formas. Trabalhos forçados, estupros, violência física, desumanização, negação de qualquer direito, inclusive a própria vida. Durante 353 anos, três séculos e meio, o povo negro sofreu as mais diversas violências físicas e psicológicas pelo homem branco europeu colonizador (SOUZA, 2021).

A angústia causada pelo desejo/imposição da branquitude vai fazer com que sentimentos de superioridade/inferioridade e pertencimento/não pertencimento, de medo do outro como risco iminente, inclusive, atuem na construção do ser e no desenvolvimento psicológico do indivíduo, podendo causar no indivíduo adulto fobias e angústias, neuróticas ou paranoicas, e conseqüentemente o sofrimento psíquico. O fóbico projeta a angústia para o mundo exterior, transformando-a em um objeto ameaçador ao qual deve temer (LACAN, 2005).

Vladimir Safatle leciona que:

a angústia tem uma inconfundível relação com a expectativa: é angústia diante de algo. Nela há uma característica de indeterminação e ausência de objeto; a linguagem correta chega a mudar-lhe o nome, quando ela encontra um objeto e o substitui por medo



[Furcht]. Ou seja, podemos dizer que o medo é essa forma de angústia que encontrou um objeto, no sentido de reação ao perigo produzido por um objeto possível de ser representado. Pensando em chave não muito distante, Hobbes verá, no medo, a “expectativa de um mal”, ou seja, a projeção futura de uma representação capaz de provocar formas de desprazer e violência. Essa ideia da possibilidade de representação do objeto do afeto é central. É a possibilidade de tal representação que provoca a reação dos pelos que se eriçam como sinal de defesa, da atenção que é redobrada, da respiração que acelera como quem espera por um ataque. (2020, 51)

Para Frantz Fanon, *“a questão é saber se é possível para o negro superar seu sentimento de inferioridade, expulsar de sua vida o caráter compulsivo que tanto o aproxima do comportamento fórbico”* (2020, pg. 65).

O adoecimento psíquico tem aumentado nos últimos anos. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que a depressão e a ansiedade aumentaram mais de 25% no primeiro ano da pandemia. No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde de 2019 (pesquisa relativa ao período 2012 a 2016), a proporção de suicídios entre negros aumentou em comparação às demais raças/cores, subindo de 53,3% em 2012 para 55,4% em 2016”. Ainda segundo dados do Ministério da Saúde, as principais causas associadas ao suicídio em negros são: o não lugar, ausência de sentimento de pertença, sentimento de inferioridade, rejeição, negligência, maus tratos, abuso, violência, inadequação, inadaptação, sentimento de incapacidade, solidão, isolamento social. Outros fatores relacionados seriam a não aceitação da identidade racial, sexual e afetiva, de gênero e de classe social (BRASIL – MS, 2019).

Em 2019, quase um bilhão de pessoas – incluindo 14% dos adolescentes do mundo – viviam com um transtorno mental. O suicídio foi responsável por mais de uma em cada 100 mortes e 58% dos suicídios ocorreram antes dos 50 anos de idade. Os transtornos mentais são a principal causa de incapacidade, causando um em cada seis anos vividos com incapacidade. Pessoas com condições graves de saúde mental morrem em média 10 a 20 anos mais cedo do que a população em geral, principalmente devido a doenças físicas evitáveis. O abuso sexual infantil e o abuso por intimidação são importantes causas da depressão. Desigualdades sociais e econômicas, emergências de saúde pública, guerra e crise climática estão entre as ameaças estruturais globais à saúde mental. A depressão e a ansiedade aumentaram mais de 25% apenas no primeiro ano da pandemia. (OPAS, 2022)

No homem branco, por sua vez, as relações envolvendo o preconceito de cor poderão fazer manifestar no indivíduo adulto sentimentos de angústia e ansiedade causados pelo do corpo negro, insegurança, ódio, violência, dentre outros. A angústia vai se instalar através da ilusão narcísica de superioridade racial (FREUD, 2018) e quando essa “suposta” superioridade é contestada a frustração vai buscar no outro um culpado, e essa busca por um culpado vai fazer com que o outro, no caso o negro, se torne o inimigo a ser odiado. Ele vai apreender, desde os primeiros anos de vida, que a sua cor de pele seria a



representação do que é bom enquanto tudo que for diferente de seu padrão de branquitude vai ser considerado como ruim, indesejado (SOUZA, 2021). Essa construção preconceituosa em relação à cor da pele trará como consequência a falsa percepção paranoica no branco de que todo negro é um “suspeito” em potencial (FANON, 2020). Essa paranoia em relação ao corpo negro pode fazer com que surja no indivíduo o que Lacan (2005) chamou de “fantasia perversa” nos neuróticos, ou seja o desejo de destruir aquilo que provoca a angústia.

5.4 - Escola e transformação social

5.4.1 - A Escola

Partindo do princípio de que a afetividade está diretamente relacionada aos níveis de desenvolvimento humano (LIMA, 1984), pensar a punição como instrumento de transformação sociocultural em relação ao preconceito contra o negro no Brasil não me parece ser a proposta mais adequada a essa pretensão.

Veja bem, não estou aqui dizendo que temos que por fim nas punições contra os atos de racismo por não serem eficazes, muito longe disso. É claro que o combate penal a atos de ódio e preconceito praticados por intolerantes raciais, seja no mundo físico ou no virtual, é uma necessidade premente, principalmente quando vemos a ascensão do ódio e do preconceito na sociedade e nas redes sociais (WILLIAMS, 2021). Entretanto, em que pese ser necessária, somente esse tipo de ação não basta. Violência, segregação e discriminação não se combatem com a repressão do Estado contra aqueles que a perpetuam. Apenas atos individuais se combatem dessa maneira e o que se necessita é de uma mudança sociocultural.

Para se alcançar o objetivo de construção de uma sociedade antirracista é necessário investimento sério em educação inclusiva. Uma metodologia de ensino/aprendizagem que respeite as diferenças e valorize a cultura afro-brasileira, promovendo o fim da opressão social (FREIRE, 2019). Segundo Paulo Freire “*a prática preconceituosa de raça, de classe de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia*” (2019, PG. 37).

Durante séculos, a opressão do colonizador branco fez apagar da história a relação do negro com o desenvolvimento da nossa sociedade (NEVES, 2019).



Heróis de guerra, engenheiros, personalidades públicas, quase não vemos menção a eles nas lousas escolares. Isso acontece porque a história “oficial” vai sendo contada a partir do ponto de vista do conquistador vencedor (FANON, 2020), e este omite deliberadamente a verdade histórica sobre o povo miscigenado brasileiro. A ausência de referências negras positivas, seja na escola ou no meio social, vai impactar diretamente na construção de sentimentos negativos e de inferioridade e não pertencimento na psiquê de crianças de pele escura. A criança crescerá acreditando que seu cabelo é feio, que sua cor de pele é suja e que o seu ser é inferior e, por isso, não merece alcançar os lugares destinados à raça superior (SOUZA, 2021), instalando a Angústia em seu inconsciente (LACAN, 2005).

As Leis 10.639 de 09/01/2003 (que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências), 11.645 de 10/03/2008 (que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”) e a Lei 12.288/2010 (que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial; alterando as Leis nºs 7.716/1989, 9.029/1995, 7.347/1985, e 10.778/2003) possuem o condão de reverter essa história mal contada e tóxica do Brasil.

No caso das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 o mote é a inclusão da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Disciplinas como Educação Artística, Literatura e História deverão incluir em seus currículos o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros e dos índios no Brasil, as culturas índias e negras brasileiras e a história de índios e negros na formação da sociedade nacional, resgatando e valorizando a contribuição dos povos indígenas e negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Já a Lei 12.288/2010 visa a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos



individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

A educação crítica e dialética, quando desenvolvida no ambiente escolar torna possível que o indivíduo em desenvolvimento adquira conhecimentos sobre si mesmo, sobre o meio em que vive e sobre sua relação com esse meio (DUNKER, 2020). Uma Escola que tem como objetivo formar cidadãos tem na educação crítica e dialética a sua melhor e mais eficaz ferramenta de libertação da opressão (FREIRE, 2021). É através de uma educação inclusiva e de viés crítico que identificamos a melhor oportunidade/possibilidade de o indivíduo em desenvolvimento vencer o estado de inércia onde é facilmente dominado pela vontade do opressor, para a partir daí constituir-se ele próprio no dono de suas verdades (FREIRE, 2019).

quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático, e permeável, em regra. Tanto mais democrático quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinando a formas ingênuas de encará-la. A formas ingênuas de percebê-la. A formas verbosas de representá-la. Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos. (FREIRE, 2021, pg. 126)

A Escola é o lugar onde o indivíduo irá, através das relações sociais vivenciadas com o meio e o outro, desenvolver suas capacidades cognitivas e de interação social, possibilitando a percepção de igualdade, de pertencimento, de solidariedade (PAPALIA, 2013). Para Rudolf Dreikurs,

As discussões em grupo tornam-se particularmente significativas quando proporcionam compreensão para o comportamento de uma criança. O grupo, então, transforma-se em agente de exploração dos fatores que levam à deficiência, tanto nas atividades didáticas quanto no comportamento ou no ajustamento social. Com a mútua compreensão, desenvolve-se o desejo de auxílio mútuo. Essa atitude cooperativa, despertada pelas discussões em grupo, estimula a coesão e o entusiasmo, seja qual for a atividade em questão, e, acima de tudo, o reconhecimento de qualquer problema como problema comum ao grupo, que deve ser resolvido com o espírito de uma totalidade. Isso aumenta em cada criança o sentimento de "pertencer", de participar de um todo, sentimento que é por todos partilhado. (1971, pg. 206)

A Escola crítica e dialética, ao contrário da que propõe uma educação bancária, vai promover no indivíduo o conhecimento sobre si, sua história e sua relação com a sociedade. É na Escola de viés freiriana que temos a possibilidade de transformar/ressignificar a nossa participação na sociedade como ser no mundo e para o mundo (FREIRE, 2019).

5.4.2 - Transformação social

Parafraseando Simone de Beauvoir, brilhante intelectual da causa feminista (1908-1986), em sua clássica fala "*não se nasce mulher, torna-se*



mulher” – crítica a uma estrutura social que impõe à mulher a condição de dona de casa e mãe, de inferioridade em relação ao homem -, “*não se nasce racista, torna-se racista*”. Mas o que isso quer dizer? Quer dizer que o racismo de cor é uma construção social (RIBEIRO, 2019) e que

grande parte do trabalho de dominação social, econômica e política consiste em lutar para que as ideias morais coletivamente compartilhadas permaneçam inarticuladas e inconscientes. Assim pode-se manipular a raiva do próprio oprimido contra ele mesmo ou contra outros oprimidos, como vimos acontecer com o discurso de Trump e de Bolsonaro. Gostaria de chamar de racismo precisamente esse processo de tornar inarticulado o mundo moral compartilhado coletivamente de modo a manipular o sofrimento social para jogar os oprimidos uns contra os outros e convencer as vítimas da própria inferioridade. (SOUZA, 2021, pg. 54)

Mas então, se o racismo de cor é uma construção social, assim como o é o machismo (VERONESI, 2018), quem é que constrói essa estrutura de preconceito e ódio que a cada dia se fortalece mais, principalmente através do anonimato da rede de computadores na atualidade? Por que essa estrutura se fortalece e é hoje a representatividade de uma parte considerável da população brasileira? Como pode o racismo de cor ser tão forte em um país composto em sua maioria por um povo miscigenado? Talvez a resposta esteja exatamente no oposto da reflexão proposta neste trabalho de conclusão de curso, ou seja, na ausência de uma Escola plural, dialética e de viés crítico que faça frente à imposição da branquitude difundida pela educação bancária promovida pelo *status quo* (FREIRE, 2019).

A família é a primeira experiência afetiva do indivíduo (DUNKER, 2020). É nessa primeira experiência que a personalidade da criança começa a se formar. Mas nem toda família possui condições psicológicas para proporcionar um desenvolvimento psicológico saudável às suas crianças. Violência, segregação social e discriminação são fatores que impossibilitam o desenvolvimento saudável do ser humano (PAPALIA, 2013).

A Escola, por sua vez, possui o condão de direcionar os indivíduos em formação para a boa convivência, para a tolerância e o respeito às diferenças. Infelizmente também não é toda escola que possui essa metodologia de desenvolvimento humano. Uma Escola pautada no aprendizado dialético e crítico tem o condão de promover o senso crítico e o reconhecimento do ser no mundo e para o mundo (FREIRE, 2021). Por outro lado, uma escola cuja metodologia se dê através da prática bancária o repasse de conhecimento



imposto por uma elite branca dominante vai apenas garantir a manutenção de sua hegemonia (FREIRE, 2019) . Para Christian Dunker,

Quando a criança é muito pequena ela precisa ser cuidada, para então, a partir de certo momento, passar a ser educada. o cuidado pertence ao familiar, às relações viscerais e privadas, que nos fazem amar a quem nos protege do desamparo. A educação começa com a saída da família, a entrada no espaço e nas regras do universo público, que nos fazem respeitar a lei e a nos reconhecer como sujeitos separados do Outro. (2020, pg. 57)

A Escola é o lugar, para além da família, mais importante para o desenvolvimento cognitivo e relacional da criança, pois é neste ambiente que a mesma irá desenvolver suas habilidades de socialização com as diferenças. É na escola que o indivíduo em formação terá a oportunidade de reconhecer no outro um igual e com isso aprender a respeitar as diferenças e a diversidade sociocultural da nossa sociedade (PAPALIA, ,2013).

Para além das fronteiras de seus muros, a Escola também possui a capacidade de interagir com as famílias dos alunos, possibilitando o apaziguamento de conflitos e ilustrando possibilidades alternativas de desenvolvimento humano através da prática de equipes multidisciplinares e interdisciplinares (LEI 13.935/2019). Famílias em situação de vulnerabilidade também podem ser beneficiárias através da prática inclusiva da Escola e com isso vivenciar um melhor desenvolvimento socioafetivo com seus filhos (LEROUX, *et all*, 2012).

Por outro lado, uma escola cuja programática seja a educação bancária além de inviabilizar o desenvolvimento do senso crítico não ensina, pois o processo de ensino e aprendizado se dá necessariamente pelo processo dialético e pelo reconhecimento histórico do ser (FREIRE, 2019).

Os efeitos negativos decorrentes do racismo de cor, que incidem na formação da psiquê humana desde as primeiras idades, tanto em quem sofre os efeitos quanto em quem os promove, estão diretamente relacionados com a construção de sentimentos de angústia, não pertencimento, inferioridade, falsa crença de superioridade racial, medo entre outros (GONZALEZ, 2020), sintomas esses condizentes com quadros de neurose e paranoia (FREUD, 2018).

6 – METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, de caráter exploratório e dialético sobre a temática do racismo de cor, suas origens e o



impacto na sociedade brasileira a partir de autores e pensadores nacionais como Paulo Freire, Gilberto Freyre, Neusa Santos Souza, dentre outros e internacionais como Frantz Fanon, Grada Kilomba, Angela Davis e outros.

Também foram realizadas buscas/pesquisas em Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), Scientific Electronic Library Online (SciELO), dentre outras plataformas digitais de acesso livre, como YOU TUBE, contendo estudos científicos acerca do tema.

As obras, estudos e demais materiais selecionados para compor a pesquisa tiveram como critério de escolha os temas racismo de cor, desenvolvimento humano e adoecimento psíquico.

Este trabalho foi realizado nas seguintes fases: a) escolha do tema, b) levantamento e leitura do material bibliográfico, c) redação preliminar do texto, d) entrega do projeto de pesquisa, e) discussão dos resultados, f) redação e revisão final do texto e g) entrega e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

7 – DISCUSSÃO E RESULTADOS

A população brasileira constituiu-se basicamente a partir da miscigenação entre as várias etnias que por essas terras se encontraram a partir do século XV, quando essas terras ainda eram chamadas de Terra de Santa Cruz (NEVES, 2019). Desde o descobrimento e invasão do território brasileiro pelo conquistador europeu que a união entre índios e brancos, negros e brancos, índios e negros construiu a gênese da nossa sociedade (FREYRE, 2004), hoje constituída basicamente por brasileiros de pele clara e brasileiros de pele escura.

Entretanto, em que pese toda nossa miscigenação, é a história do conquistador branco europeu que tem pautado, secularmente, todos os padrões de um ideal de beleza e de raça superior (SOUZA, 2021), causando angústia pelo desejo de branquitude e conseqüente sofrimento psíquico (SOUZA, 2021).

O etnocentrismo fundamenta-se na imposição de valores e normas de uma cultura que se supõe mais desenvolvida sobre outra que julga inferiorizada. Falar-se de mestiçagem no Brasil não significa definir-se pelo mito da democracia racial. A mestiçagem não pode disfarçar o histórico racismo brasileiro, talvez mais acentuado no Sul, região na qual se empregou menos trabalho escravo, embora se manifeste com intensidade também na Bahia e no Maranhão, estados de maior incidência de população negra. (NEVES, 2019, pg.491)

Apesar da criação de Leis de inclusão ou que proíbem e punem as práticas racistas como a Lei 7.716/89, Lei do Racismo, ou a Lei 12.711/2012, Lei de cotas, ou ainda das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório



o ensino da História e cultura indígena, africana e afro-brasileira no currículo escolar, com ênfase nas disciplinas de História, Arte e Literatura, bem como nossa própria Constituição Cidadã que diz que todos somos iguais perante a lei, o Brasil ainda é um país que persegue, mata e tenta apagar da história oficial as histórias do povo negro e sua importância na construção da sociedade brasileira (SOUZA, 2021).

Para a elite branca o povo brasileiro ainda é visto como

uma classe/raça composta em sua esmagadora maioria por negros, destinada a ser a “Geni” da sociedade brasileira, que todos podem oprimir, explorar, humilhar, cuspir e matar sem que ninguém realmente se comova. Uma classe/raça construída para que todas as outras possam se sentir superiores a ela, ajudando a justificar e legitimar uma sociedade que é desigual e perversa como um todo. (SOUZA, 2021, pg. 09)

Porém, em que pese o racismo de cor estar diretamente relacionado com a relação de poder de uma classe dita “superior” em detrimento de uma outra tratada como “inferior”, os danos sociais e psicológicos causados pelo ódio e pelo preconceito de cor não afetam somente brasileiros(as) de pele escura. O racismo de cor vai afetar também brasileiro(as) de pele clara que se veem prisioneiros de sentimentos de desconfiança e fobia em relação ao corpo negro, fazendo surgir a Angústia em relação ao desejo do Outro (LACAN, 2005).

No brasileiro de pele escura os efeitos do racismo de cor, que já dura séculos (SOUZA, 2021), fomentam o adoecimento psíquico de uma maneira muito diferente da que ocorre com o brasileiro de pele clara. O brasileiro de pele escura vai sofrer o preconceito e a rejeição de sua cor, vai sofrer a violação do seu corpo e da sua representação política e social. A construção social do ideal de branquitude, imposta pela elite branca colonizadora, vai fazer com que a rejeição ao próprio corpo negro seja insuportável (SOUZA, 2021). O brasileiro de pele clara, por sua vez, vai experimentar o adoecimento psíquico a partir da ilusão de “superioridade racial” que vai autorizar, culturalmente, a violência contra o corpo negro, podendo incorrer no surgimento de quadros de neurose perversa (LACAN, 2005). Sendo assim, o racismo de cor vai promover o adoecimento psíquico não somente no negro, vítima do racismo estrutural, mas também no branco que perde sua humanidade e se torna um ser imbuído de sentimentos fascistas em relação ao outro (SAFATLE, *et all*, 2018), um ser incapaz de amar ao próximo como a um igual.



Imaginemos, hipoteticamente, que a Sociedade e a cultura da branquitude (SOUZA, 2021) representem a figura paterna, em Freud, que vai recalcar o desejo pulsional de pertencimento, de amar e ser amado no indivíduo em desenvolvimento. A representação desse “Pai repressor” se configura, então, a partir da imposição social de uma cultura pautada no preconceito de cor que vai incidir diretamente nas relações sociais do indivíduo, lhe impondo costumes racistas que vão incidir diretamente na formação do superego (FREUD, 2014).

Após constituirmos a figura hipotética do “Pai”, imaginemos outras duas situações hipotéticas. Na primeira temos as relações de uma criança que, desde as primeiras idades, vai crescer e se desenvolver em um ambiente onde as suas relações com o outro e com o meio irão lhe proporcionar, em tese, o desenvolvimento “saudável” da sua personalidade (PAPALIA, 2013). Ela terá acesso ao afeto e ao amor dos pais, a uma educação de melhor qualidade e será, salvo os percalços da vida, um adulto menos adoecido. As relações de amor/afeto e o sentimento de pertencimento social que o acompanham desde as primeiras idades irão fortalecê-lo para isso. Em contrapartida, crianças que desde as primeiras idades vivenciam e se relacionam com ambientes inadequados e perigosos, podem, de maneira mais incidente, desenvolver o adoecimento psicológico e o sofrimento psíquico quando adultos (PAPALIA, 2013).

Até aqui trouxemos duas situações muito rasas, uma como “ideal” e a outra como “não ideal”. Agora vamos acrescentar que em ambas as situações estejamos nos referindo a crianças brancas. Talvez possamos imaginar que o ambiente “não adequado e violento” a que essa segunda criança foi exposta tenha a ver com um ambiente de alcoolismo/uso de drogas, de violência doméstica, talvez de abuso sexual, algo que se relacione com a prática de um (a) agressor (a) abusivo (a) e violento (a). Essa situação poderá causar um trauma nessa criança, que poderá vir a ter desde dificuldades leves de relacionamento com outras pessoas, síndromes do pânico e até mesmo vir a se tornar um (a) adulto (a) agressivo (a) e abusivo (a) (PAPALIA, 2013).

Considerando que no censo de 2019, 56,3% da população brasileira se declarou preta/parda e que 70% da população abaixo da linha da pobreza foi



identificada como sendo preta/parda, imaginemos agora a segunda hipótese, sendo ela a de que essas crianças sejam negras. Salvo aqueles (as) que conseguem se projetar em um estrato social de condição financeira mais favorável, a criança negra, em sua maioria pobre, irá frequentar uma escola pública de baixa qualidade e com salas superlotadas, irá sofrer preconceito por conta de sua cor, seu cabelo será hostilizado (KON et al., 2017) e sua condição humana sequestrada pelo desejo da branquitude (FANON, 2020).

Esse “Pai repressor” freudiano, representado pela Sociedade, vai reprimir no indivíduo, de maneira impositiva, o desejo de pertencimento, de igualdade e de humanidade dessas crianças, obrigando-as ao recalque de seus impulsos libidinais em relação ao desejo de pertencimento à sociedade. Elas vão crescer e se desenvolver sendo rejeitadas e excluídas pela sociedade e pelo Estado, e pelo outro, tratadas como objeto de baixo valor, como ralé (SOUZA, 2021). Aqui a violência não se dá na figura de um agressor apenas, mas na construção social do projeto de branquitude e de exclusão caracterizado pelo racismo estrutural (RRIBEIRO, 2019).

A violência experimentada já a partir das primeiras idades, decorrente dos efeitos do racismo de cor, podem vir a dar causa ao desencadeamento de fobias diversas e, ainda, o surgimento de quadros neuróticos e ou psicóticos no indivíduo (WILLIAMS, 2021). Para Frantz Fanon, *“uma criança negra normal, tendo crescido em uma família normal, passará a ser anormal ao menor contato com o mundo branco”* (2020, pg. 159).

No racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é a construção de/da diferença. A pessoa é vista como “diferente” devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. Aqui, temos de perguntar: quem é “diferente” de quem? É o sujeito negro “diferente” do sujeito branco ou o contrário, é o branco “diferente” do negro? Só se torna “diferente” porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a norma branca. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “Outras/os” raciais “diferem”. Nesse sentido, não se é “diferente” por meio do processo de discriminação.

A segunda característica é: essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. Não só o indivíduo é visto como “diferente”, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade. Tais valores hierárquicos implicam um processo de naturalização, pois são aplicados a todos os membros do mesmo grupo que chegam a ser vistas/os como “a/o problemática/o”, “a/o difícil”, “a/o perigosa/o”, “a/o preguiçosa/o”, “a/o exótica/o”, “a/o colorida/o” e “a/o incomum”. Esses dois últimos processos – a construção da diferença e sua associação com uma hierarquia – formam o que também é chamado de preconceito.

Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o racismo é a supremacia branca. (KILOMBA, 2019, pg. 75-76)



A negação da própria história é algo que traz um vazio existencial insuportável (SOUZA, 2021). Não se reconhecer como belo(a), não se sentir sexualmente desejado(a), não se acreditar capaz porque a todo instante lhe é dito e imposto pelo meio que o seu corpo é feio e que a sua cor é suja faz com que o desejo pela branquitude seja angustiante no(a) brasileiro(a) de pele escura. Toda essa angústia pode vir a acarretar adoecimento e sofrimento psíquico que se não forem devidamente tratados podem vir a desencadear o autoextermínio (SOUZA, 2021).

Segundo dados do Ministério da Saúde,

A tendência da taxa de mortalidade por suicídio entre adolescentes e jovens negros apresentou um crescimento estatisticamente significativo no período de 2012 a 2016. Em 2012, a taxa de mortalidade por suicídio foi de 4,88 óbitos por 100 mil entre adolescentes e jovens negros e aumentou 12%, alcançando 5,88 óbitos por 100 mil entre adolescentes e jovens negros em 2016. Por outro lado, a taxa de mortalidade por suicídio entre os brancos permaneceu estável, isto é, a variação não foi significativa estatisticamente. Em 2012, a taxa de mortalidade por suicídio entre adolescentes e jovens brancos foi de 3,65 óbitos por 100 mil, e em 2016 essa taxa foi de 3,76 óbitos por 100 mil. Analisando esses dois grupos em 2016, nota-se que a cada 10 suicídios em adolescentes e jovens, aproximadamente seis ocorreram em negros e quatro em brancos. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018)

Por outro lado, a equivocada percepção de superioridade racial por parte do brasileiro de pele clara (SOUZA, 2021) vai fazer com que a desumanização do corpo negro permita que o seu assassinio seja visto como algo natural (SOUZA, 2021). Ao impor a marginalização do corpo negro, a elite branca vai marcar no brasileiro de pele escura os estigmas de perigoso, criminoso, de abusador sexual (SOUZA, 2021). A Cultura Social vai então fazer introjetar no inconsciente do brasileiro de pele clara sinais de alerta, gatilhos que serão acionados sempre que ele se ver frente ao suposto perigo negro (LACAN, 2005) autorizando-o ao extermínio desse “inimigo” imposto (SOUZA, 2021).

A pesquisa mostra que a amígdala cerebelosa não vem pré-configurada com essa detecção preconceituosa de ameaças. O que e quem ela vê como ameaça é aprendido através do condicionamento do medo. A amígdala cerebelosa se alimenta de medos preparados e medos aprendidos. Adquirimos facilmente os medos preparados – aprendemos a temer aranhas muito mais rapidamente do que a temer provas na escola. O medo das provas vem da experiência e da exposição a informações dentro de nossa cultura com o passar do tempo. A resposta da amígdala cerebelosa aos rostos negros no laboratório é aprendida, não preparada. O aprendizado necessário para se temer rostos negros depende da experiência de cada cultura. (WILLIAMS, 2021, pg. 94)

No Brasil o racismo de cor está diretamente relacionado com a manutenção do poder. Desde o início, quando ainda éramos Terra de Santa Cruz, o racismo de cor serviu para diferenciar uma suposta raça superior, representada no branco europeu, da outra raça considerada inferior, os negros (SOUZA, 2021).



Na contemporaneidade, os privilégios concedidos à esta suposta raça superior se mantêm e são defendidos arduamente pela elite branca dominante. Meios de produção, mídias, Estado, tudo é controlado por uma elite branca, que se vale desses espaços para a manutenção do status quo da “superioridade racial”, construindo barreiras cada vez mais inacessíveis para que essa condição não se altere e seus privilégios sejam preservados (SOUZA, 2021). Não é à toa que a Lei de cotas raciais nas Universidades é tão demonizada pela elite branca, o negro não pode ocupar os espaços “brancos” (SOUZA, 2021).

Esse estigma pejorativo imposto ao brasileiro de pele escura vai fazer surgir no brasileiro de pele clara sintomas fóbicos e paranoicos de perseguição e de estado de alerta constante.

O ódio e o preconceito de cor têm potencialidades para fazer com que o adoecimento psíquico se instale no inconsciente do indivíduo (PAPALIA, 2013), seja ele brasileiro de pele clara ou de pele escura. Como somos um povo formado a partir da miscigenação das etnias branca, negra e indígena (NEVES, 2019), não há como negar que o racismo de cor afete a todos, brasileiros de pele clara e brasileiros de pele escura. Dessa maneira, da mesma forma que é negado ao brasileiro(a) de pele escura o acesso à sua história assim como às histórias de seu povo, acarretando sentimentos de menos valia, de inferioridade, de não pertencimento, dentre outros (SOUZA, 2021), também é negado ao brasileiro(a) de pele branca o direito à humanidade, pois, equivocado em sua suposta “superioridade racial”, desconhece e nega no outro um igual (ARENDRT, 1989), rejeitando assim sua própria história como brasileiro(a). O preconceito e o ódio vão afetar o psiquismo humano e essa afetação quando incidente na infância ou na juventude do indivíduo poderá fazer com que esse mesmo indivíduo venha a apresentar quadros de angústia e fobias na sua fase adulta (LACAN, 2005).

A psicanálise e a terapia dos esquemas vão olhar para esse indivíduo adulto adoecido e vão buscar na sua infância os traumas (FREUD, 2018) ou os esquemas desadaptativos (YOUNG, 2008) causadores do seu sofrimento. Ao identificarem a(s) causa(s) originária(s) a(s) mesma(s) será (ão) trabalhada(s) de acordo com o que cada uma das referidas práticas terapêuticas achar pertinente.



As terapias vão partir do indivíduo adoecido, buscando na infância as causas do adoecimento (SOUZA, 2021).

Mas e se pudéssemos tratar essas angústias e fobias que assolam o indivíduo adulto de maneira precoce, ainda nas idades iniciais, como se daria essa terapêutica? A resposta para esta pergunta está diretamente relacionada com a desconstrução cultural da “superioridade racial branca” e do ideal de branquitude (SOUZA, 2021), bem como através da inserção do negro no contexto histórico como ser no mundo e parte do mundo (FREIRE, 2019). Somente através de uma educação crítica e dialética que se pode vislumbrar a possibilidade de quebra desse paradigma de dominação e exploração do homem pelo homem decorrente do preconceito da cor de pele (FREIRE, 2019).

É na família o primeiro contato do indivíduo com o mundo afetivo social. É na família que ele vai receber, em tese, amor e carinho, vai ser acolhido e vivenciará suas primeiras experiências de pertencimento (PAPALIA, 2013). A Escola, por sua vez, é o lugar mais importante depois da família e possui o condão de educar para as regras do espaço público, de tornar o indivíduo apto para o convívio social (DUNKER, 2020). É no ambiente escolar que as diferenças sociais se encontram e passam a interagir entre si pela primeira vez durante a formação do indivíduo como ser no mundo (FREIRE, 2019).

A Escola freiriana possui o condão de se transformar em terapêutica possível e capaz de prevenir o adoecimento e o sofrimento psíquicos pois promove a inclusão e a construção do senso crítico a partir de uma dialética social (FREIRE, 2019), ao contrário do modelo de educação bancária de alta performance que apenas impõe o conhecimento como pronto, atendendo assim aos interesses do sistema neoliberal segregador (SAFLATE et al, 2021).

Paulo Freire considerava que as pedagogias que limitam o entendimento da justiça social eram regidas pelo que chamou de “concepção bancária da educação”. Essa concepção se refere a práticas pedagógicas pelas quais estudantes dominam o conhecimento “pronto”, os fatos e os modos de pensar que os fazem se encaixar em um *status quo* desigual. Uma abordagem bancária da educação pode reforçar as desigualdades sociais existentes, fazendo com que alguns estudantes tenham mais oportunidades que outros. Por exemplo, em sociedades que veem as meninas no futuro apenas como cuidadoras, esposas e mães, não faz tanto sentido lhes dar uma escolaridade formal. O recurso escolar é “desperdiçado” com elas, porque são depositadas nelas habilidades que nunca usarão.

Mas o processo de educação bancária pode ser mais pernicioso que excluir as pessoas das escolas. Para Paulo Freire, a concepção bancária exige que os alunos aceitem acriticamente e, assim, reproduzam o lugar que lhes foi atribuído na hierarquia social. (COLLINS, V2021, pg. 213)



A prática libertadora da educação tem a possibilidade de atenuar o sofrimento psíquico causado pelo preconceito de cor, pois permite que os diferentes se encontrem, se reconheçam e interajam entre si como a iguais (FREIRE, 2021). A Escola freiriana é um modelo de Escola onde brasileiros(as) de pele clara e brasileiros(as) de pele escura conheçam sua verdadeira história assim como as verdadeiras histórias que ajudaram a construir o país (FREIRE, 2019). Ela vai se constituir, então, em um lugar de saber onde os verdadeiros heróis e suas conquistas possam ser revelados aos quatro cantos e reverenciados por seus bravos atos, um lugar onde os verdadeiros guerreiros da guerra do Paraguai, os Zuavos Baianos, possam ser reverenciados por todas as suas glórias em combate (KRAAY, 2012). Um liceu onde a história do nosso primeiro presidente negro possa ser ensinada e apreciada pois o patrono das escolas técnicas no Brasil chama-se Nilo Peçanha, um negro nascido aos em 2 de outubro de 1867 em Campos dos Goytacazes no Rio de Janeiro (Portal UOL). Ou ainda um lugar onde os estudantes, crianças e adolescentes, conheçam a história do único praça brasileiro a ganhar uma medalha “estrela de prata” do exército americano, na segunda grande guerra, por ter sozinho atacado e dominado uma guarnição alemã, nas proximidades da *Torre di Nerone*, o honroso Cabo Marcílio Luiz Pinto, do 6º Regimento de Infantaria da FEB (PARANAMILITARIA).

a inclusão não é uma equalização, não é uma suspensão das distinções, como que apagar diferenças por decreto. A verdadeira inclusão é a radicalização de nossas gramáticas de reconhecimento, até o ponto em que essas incluam e praticamente construam a diferença radical, a diferença absoluta que alguns chamam de singularidade.

[...]

O que desejamos para nossos filhos não é só que eles se ajustem, que eles se conformem ou se adequem. Nossos filhos deveriam ser capazes de pensar outro mundo, outro futuro diferente do futuro que temos agora em nosso presente. Convenhamos, o futuro que conseguimos imaginar hoje é muito pobre, ele é o futuro que vai se tornar passado daqui a pouco. O verdadeiro futuro depende da capacidade de imaginar algo que não seja apenas a reprodução das regras da escola, do mercado, da cidade, do direito e assim por diante.

[...]

A ligação entre negritude, pobreza e ameaça social tem sido uma tônica em nossa forma de vida (...). (DUNKER, 2020, pg. 94-95)

Paulo Freire (1921-1997), ícone mundial da Educação, trouxe o conceito de educação como prática da liberdade (FREIRE, 2021). Para ele a educação tem o poder de libertar o indivíduo das amarras da alienação imposta pelo *status quo*.



A verdadeira liberdade somente vai acontecer a partir da instalação de uma educação crítica e dialética onde todos os envolvidos se transformam (FREIRE, 2019). Nesse processo o indivíduo toma consciência da importância do ser no mundo e para o mundo, apreende sua história e passa a compreender-se como parte dela, como ferramenta de transformação (FREIRE, 2019).

Ao reconhecer-se como ser no mundo, o brasileiro de pele escura vai conseguir reconhecer no corpo negro a sua importância sociocultural para o desenvolvimento histórico. Reconhecendo no corpo negro um igual, o brasileiro de pele clara vai também reconhecer a sua própria história. A partir daí ansiedade, angústia e fobia poderão ser amenizados e o consequente adoecimento psíquico ser reduzido consideravelmente, pois

É prudente supor que, fundamentalmente, todos os indivíduos são essencialmente semelhantes, e isso apesar dos fatores hereditários que fazem de nós aquilo que somos e tornam os indivíduos distintos uns dos outros. Quero dizer, existem certas características na natureza humana que podem encontrar-se em todas as crianças e em todas as pessoas de qualquer idade; uma teoria compreensiva do desenvolvimento da personalidade humana, desde os primeiros anos da infância até a independência adulta, seria aplicável a todos os seres humanos, independentemente do sexo, raça, cor da pele, credo ou posição social. As aparências podem variar, mas existem denominadores comuns nos problemas humanos. Uma criança pode tender para a agressividade e outra dificilmente revelará qualquer sintoma de agressividade, desde o princípio; todavia, cada uma delas tem o mesmo problema. Trata-se, simplesmente, de que as duas crianças estão manobrando de maneiras distintas suas respectivas cargas de impulsos agressivos. (WINNICOTT, 1985, pg. 263)

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As eleições presidenciais de 2018 trouxeram à tona todo ódio e preconceito de cor que durante muito tempo ficaram escondidos nas entrelinhas das relações sociais pátrias. O discurso de ódio do “nós contra eles” proferido pela extrema direita tomou as ruas e as redes sociais. Pessoas passaram a ser perseguidas física e virtualmente, os assassinatos de pessoas negras e pobres aumentou e o adoecimento psíquico passou a dominar brasileiros de todas as cores. Com a virada de mesa das eleições 2022 e a retomada de uma política inclusiva e pró-social passamos a enxergar esperança de dias melhores, ou pelo menos racistas, e com isso a retomada da construção de uma sociedade para todos.

Os autores e pesquisadores estudados e discutidos neste Trabalho de Conclusão de Curso trouxeram luz para a discussão sobre a possibilidade de transformação de uma cultura racista para uma cultura antirracista e inclusiva



através da Escola, uma Escola percursora de uma educação histórica/crítica/dialética como tanto defendeu Paulo Freire. Também tão bem ilustraram a necessidade de mudança de paradigma pois o desejo de branquitude tem adoecido e causado sofrimento psíquico em uma grande parcela da sociedade brasileira. A ilusão de pertencimento a uma suposta raça superior também vai impactar na psiquê de indivíduos que passam a ver no extermínio do outro diferente uma normalidade. São as experiências vivenciadas na infância que vão influenciar no nosso desenvolvimento psíquico, é o que nos diz a Psicanálise e a psicologia.

A construção de uma sociedade inclusiva, onde as diferenças façam parte da mesma igualdade, mostra-se palpável a partir da metodologia de ensino de Paulo Freire e com isso, a partir de uma educação inclusiva, crítica e dialética, a possibilidade de redução do adoecimento psíquico decorrente do racismo de cor possa se tornar um horizonte alcançável. É nisso que acredito e foi para dialogar com essa possibilidade que o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi idealizado. E viva Paulo Freire!



REFERÊNCIAS:

ARENDRT, Hannah, 1906-1975. Origens do totalitarismo / Hannah Arendt; tradução Roberto Raposo, - São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRASIL, Ministério da Saúde - Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016 / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL, LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL, LEI Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 – Planalto. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira" e dá outras providências.

BRASIL, LEI Nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n.º 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena".

BRASIL, LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

BRASIL, LEI Nº, de 9 junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

BRANDT, Juan Adolfo. A Psicanálise de Freud explicada / Juan Adolfo Brandty. – 1. ed. – São Paulo: Zagodoni, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Interseccionalidade / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

COUTO, Daniela Paula do. Freud, Klein, Lacan e a constituição do sujeito. *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 1-2, jun. 2017. Disponível em



<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472017000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 out. 2022.

DANTAS, Marília Antunes. Sofrimento Psíquico: modalidades contemporâneas de representação e expressão. / Marília Antunes Dantas / Curitiba: Juruá, 2009.

D'ANCONA, Matthew. Pós-verdade / Matthew D'Ancona; [tradução Carlos Szlak]. – 1ª ed. – Barueri: Faro Editorial, 2018.

DAVIS, Angela, 1944-. Mulheres, raça e classe / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DIANGELO, Robin J. Não basta ser racista: sejamos antirracistas / Robin Diangelo; tradução de Marcos Marcionilo. – São Paulo; Faro Editorial, 2018.

DREIKURS, Rudolf. Escola complemento do lar. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A, 1971.

DUNKER, Christian. Paixão da ignorância: a escuta entre Psicanálise e Educação – Coleção Educação e Psicanálise, 1ª reimpressão / Christian Dunker – São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FANON, Frantz [1925-1961]. Pele negra, máscaras brancas / Frantz Fanon; título original: Peau noire, masques blancs; traduzido por Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo; prefácio de Grada Kilomba; posfácio de Deivison Faustino; textos complementares de Francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu Editora, 2020/320pp.

FREIRE, Paulo, 1921 – 1997. Pedagogia do oprimido / Paulo Freire. – 70. Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade / Paulo Freire. – 51ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREUD, Sigmund, 1856-1939. O futuro de uma ilusão seguido de o mal-estar na cultura / Sigmund Freud; tradução Renato Zwick. – Porto Alegre [RS]: L&PM, 2018.

FREUD, Sigmund, 1856-1939. Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929) / Sigmund Freud; tradução Paulo César de Souza. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre: apresentação de Fernando



Henrique Cardoso. – 49 ed. Ver. – São Paulo: Global, 2004 – (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil;1)

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flavia Rios, Márcia Lima. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE, CENSOAGRO2017. **pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece**. Disponível em <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece.html>> acesso em: 14 de novembro de 2022.

IBGE - **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020** / Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 148 p.: il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 43)

KILOMBA, Grada, 1968-. Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano / Grada Kilomba; tradução Jess Oliveira. – 1º ed. -Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

O RACISMO E O NEGRO NO BRASIL: QUESTÕES PARA A PSICANÁLISE / organização Noemi Moritz Kon, Cristiane Curi Abud, Maria Lúcia da Silva. – 1ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2017.

KRAAY, Hendrik. Os companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai. Afro-Ásia. 2012, n. 46, pp. 121-161. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21264>> visualizado em: 15 de novembro de 2022.

LACAN, Jacques. O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

LACAN, Jacques. O Seminário, livro 6: O desejo e sua interpretação. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução Claudia Berliner. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LACAN, Jacques. O seminário, livro 10: a angústia / Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão final Angelina Harari e preparação de texto André Telles; tradução Vera Ribeiro. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2005.



NOVOS TEMAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO NAS PERIFERIAS URBANAS / Liliâne Leroux, Neiva Vieira da Cunha, Henrique Garcia Sobreira (org.) – Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LIMA, Lauro de Oliveira, 1921. A construção do homem segundo Piaget; uma teoria da educação / Lauro de Oliveira Lima. – São Paulo; Summus, 1984.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Formação social do Brasil: etnia, cultura e poder / Erivaldo Fagundes Neves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

PAPALIA, Diane E. Desenvolvimento humano / Diane E. Papalia, Ruth Duskin Feldman, com Gabriela Martonell; tradução: Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al]; [revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moeaes Silva... et al.]. – 12ª ed.- Porto Alegre: AMGH, 2013.

PARANAMILITARIA. Estrela de Prata / visto em <<https://www.paranamilitaria.com.br/product-page/estrela-de-prata-2%C2%AA-guerra-mundial>> acesso em: 15 de novembro de 2022.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista / Djamila Ribeiro. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROGERS, Carl R. Liberdade para aprender. 1ª ed. – Belo Horizonte: Interlivros de Minas Gerais, 1971.

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo / Vladimir Safatle. – 2ª ed. Ver.; 6. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PATOLOGIAS DO SOCIAL: ARQUEOLOGIAS DO SOFRIMENTO PSÍQUICO / Vladimir Safatle, Nelson da Silva Júnior, Christian Dunker, organizadores. – 1ª ed; 1ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SEGAL, Hanna. Introdução à obra de Melanie Klein. – Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1975.

SOUZA, Jessé, 1960. Como o racismo criou o Brasil / Jessé Souza. – 1. Ed. – Rio de Janeiro; Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social / Neusa Santos Souza: prefácios de Maria Lúcia da Silva e Jurandir Freire Costa. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.



VERONESI, Fábio. Homem pró-feminino: como o machismo prejudica os homens / Fábio Veronesi – Itajaí: Casa Aberta Editora, 2018.

WILLIAMS, Mathew. A ciência do ódio: a jornada de um cientista para compreender a origem dos preconceitos e da violência que ameaçam a sociedade humana / Mathew Williams: tradução Marcelo Barbão. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

WINNICOTT, D. W. A criança e o seu mundo / D.W. Winnicott; tradução de Álvaro Cabral. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

YOUNG, Jeffrey E. Terapia do esquema: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras / Jeffrey E. Young, Janet S. Klosko, Marjorie E. Weishaar; tradução Roberto Cataldo Costa. – Porto Alegre: Artmed, 2008.